

Povo foi impedido de assistir votação

O povo, que foi destaque na abertura da fase de votação da Assembleia Nacional Constituinte, sexta-feira, foi o grande ausente nas reuniões de ontem. Os que conseguiram entrar cedo tiveram condições de permanecer e ainda se manifestaram em algumas das comissões, principalmente na da Educação, Família, Ciência e Tecnologia e da Comunicação, onde chegaram a jogar dinheiro nos deputados do PFL, taxando-os de vendidos. Os que chegaram mais tarde já encontraram as barreiras, portas fechadas e terminaram por ficar de fora das discussões da Constituinte.

Pelo menos um atrito chegou a acontecer entre seguranças e populares, resolvido pela intervenção de três deputados do PMDB. A ordem de fechamento e de deixar o povo fora partiu do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, mas, de acordo com parlamentares do próprio PMDB, atendendo à solicitação do deputado José Lins (PFL-CE), presidente da Comissão da Ordem Econômica.

O esquema montado para impedir o acesso tinha o objetivo bem definido de proteger o Plenário da Câmara, onde se reunia a Ordem

Econômica. Ali, com as galerias totalmente vazias acontecia uma sessão que, praticamente, repetia a realizada sexta-feira, à noite. Só faltava o povo, que teve grande participação no primeiro dia. Essa ausência, segundo o deputado Ivo Mainard, foi para esconder as arbitrariedades do presidente José Lins vindo cometendo na condução dos trabalhos da comissão. A mesma opinião têm os deputados Ismael Wanderley e Raquel Cândido, esta última do PFL, que lamentaram a ausência do povo, numa atitude que segundo os parlamentares é nitidamente anticonstitucional, pois o regimento da Constituinte define que as sessões das comissões devem ser públicas.

Para o líder do PFL, José Lourenço, o Lins se viu obrigado a tomar essa medida em virtude dos acontecimentos da noite anterior e para preservar a integridade dos constituintes, que estaria ameaçada pelos ocupantes das galerias. Sobre a autorização para impedir o acesso ao povo, Lourenço diz que foi de Ulysses, acatando uma solicitação equilibrada de José Lins.

As lideranças de grupos bas-

tante divergente, como a Contag e a UDR, protestaram nas portas do Congresso Nacional, sem entrar. Onde foi possível, algumas lideranças conseguiram burlar a vigilância. Os enviados da UDR acreditavam que José Lins queria, de fato, afastar os trabalhadores rurais que lutavam pela reforma

Um incidente no Anexo III envolveu o segurança Vando Nazaré de Oliveira, o funcionário da Câmara Bruno Saraiva e diversos militantes do PC do B. O grupo chegou cedo, entrou e estava aguardando o início dos trabalhos. Alguns resolveram sair e fazer um lanche. Na volta foram barrados e Vando tomou o crachá de identificação de Bruno, dizendo que ele era «um agitador». Com os protestos, uma jovem tirou o crachá do segurança e quase houve briga. Os deputados Sigmaringa Seixas, Sérgio Spada e Uldorico Pinto resolveram mediar e conseguiram a liberação para o grupo entrar. Foram os últimos. As 17 horas, quando os trabalhos estavam esvaziados, a Presidência na Constituinte mandou liberar a entrada do público.

Nélio Rodrigues



Manifestantes só puderam apresentar suas reivindicações do lado de fora do Congresso

Uma semana antológica

Rubem Azevedo Lima

Foi uma semana parlamentar antológica, marcada pelos episódios humanos do dia-a-dia legislativo, por denúncias políticas e pela presença inusitada de público no Congresso. Tais fatos, ocorridos em meio à Constituinte, na semana que terminou com novo pacote econômico do governo, seriam dignos de crônicas de Machado de Assis, o maior cronista parlamentar brasileiro de todos os tempos. Mas, diante de questões julgadas mais importantes, esses acontecimentos e seus protagonistas, que são personagens à procura de um autor, passaram despercebidos e poderiam perder-se para sempre. Para que isto não aconteça por inteiro e porque os episódios da semana legislativa constituem depoimentos sobre o que está sendo a Assembleia Constituinte e o que é o Brasil de hoje, nós os relatamos aqui.

Na segunda-feira, a sessão da Câmara, de homenagem ao décimo aniversário da morte de Carlos Lacerda, ex-governador do Rio, foi uma abertura de gala, em termos de equívocos e gafes parlamentares.

A filha do ex-presidente Kubitschek, deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), enganou-se na data dos entendimentos de Lacerda para a criação da Frente Ampla. O líder do PTB na Constituinte, deputado Gastone Righi, colocou o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, entre os integrantes da Frente Ampla, o que já jamais ocorreu. Por sua vez, o presidente da Câmara, do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, considerou, na oportunidade, o ex-governador Lacerda "modelo de grande republicano brasileiro". Diante de Ulysses, impassível, estava o príncipe Orlenas e Bragança, herdeiro presuntivo do trono do Brasil, na hipótese de retorno à monarquia. O príncipe aplaudiu a tirada de Ulysses, com entusiasmo.

Terça-feira, em plena efervescência da discussão dos pareceres das comissões temáticas da Constituinte, deu-se a denúncia da deputada Ana Maria Rattes, do PMDB do Rio, segundo a qual grupos multinacionais estavam comprando o apoio de constituintes, para preservar seus interesses econômicos no Brasil. A exceção de um protesto do deputado Amaral Netto, líder do PDS na Câmara e na Constituinte, a denúncia passou em brancos nuvens. Os constituintes estavam menos preocupados com sua honra pessoal do que com o parecer do deputado Egidio Ferreira Lima, do PMDB de Pernambuco, que, contrariando o governo, propôs o mandato de



quatro anos para o presidente da República e a instauração do parlamentarismo no país.

Na quarta-feira, com os corredores e salões da Assembleia ocupados pelos grupos de pressão, novas denúncias — dessa vez formuladas pelo deputado Luis Salomão (PDT-RJ) — deram conta de que, segundo a revista americana "International Executive Review", parlamentares brasileiros tinham sido corrompidos para impedir a aprovação de reformas constitucionais socializantes. Nesse dia, devido ao desfale de cartazes e bandeiras, realizou no saguão fronteiro ao plenário da Constituinte, pelos integrantes da União Democrática Ruralista (UDR), contra a reforma agrária, a denúncia passou despercebida.

No dia seguinte, quinta-feira, um dos denunciados — novamente o deputado Amaral Netto — pediu a abertura de sindicâncias e a criação de uma CPI sobre as acusações que considerou infundadas, feitas pelo deputado Salomão. Outros envolvidos acompanharam o líder do PDS, mas de forma discreta. Sabem por que? Foi dia de novo "show" no salão que separa a Câmara do Senado. Um grupo de duzentas mulheres, com cartazes e faixas, entoou, durante toda a tarde, cânticos contra a implantação do aborto na Constituição. Deram-se, nesse dia, os primeiros incidentes entre lobistas.

Um partidário do aborto deturpou a líder do movimento antiabortista. "O aborto, minha senhora, ainda que seja aprovado não será obrigatório".

"Provocador. Aborto é supressão da vida, portanto é crime".

Depois do incidente, as discussões filosóficas, de fundo irônico. "A senhora sabe que, segundo Freud, o sonho de todo ser humano é não ter nascido, mas não ter de morrer? Infelizmente, segundo as estatísticas, este sonho só se realiza em um por cento dos casos...". "Como assim?" As abortistas não entenderam a piada e o mesmo agente que as provocara encerrou as discussões, de maneira mais direta: "Se existisse aborto, muitos países poderiam ter-se livrado de maus governos".

O dia mais tenso da semana foi sexta-feira, quando lobistas de posições antagônicas — os integrantes da UDR e os filiados à CUT e à CONTAG, estes últimos quase todos trabalhadores rurais — se encontraram frente a frente nos salões e corredores do Congresso. Chegou a haver empurrão-empurrão entre os dois grupos, compostos de mais de mil pessoas, e, segundo o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) — corregedor da Mesa da Constituinte, por isso incumbido de manter a ordem nas dependências da Assembleia — houve até troca de ofensas entre uns e outros. Tudo, porém, acabou sem maiores problemas nesse dia, circunscrevendo-se as brigas entre o PC do B e os conservadores. O deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB de São Paulo, da linha conservadora do partido e adversário da reforma agrária dirigiu palavras duras ao jornalista Hermo Alves, ex-deputado do extinto MDB, que lhe formulara um gracejo sobre a reforma. "Nós — disse Cardoso — vamos trituar as esquerdas que querem a reforma socialista".

Naquela instante, o presidente da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, acertava com o presidente do Senado, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a convocação de todos os guardas de segurança das duas Casas do Legislativo, para manterem a ordem no Congresso, durante o final da semana, quando a reforma agrária continuaria a ser votada.

Acabara de confirmar-se a assinatura do novo pacote econômico do governo, com o congelamento de preços e salários. Tal notícia tomou conta do Congresso. Num grupo de professoras, com cartazes a favor da preservação da escola pública, as manifestantes estranharam o ambiente nervoso, porém de perplexidade nos salões do Senado e da Câmara. "Que foi?" — indagou uma delas a um integrante do lobby pró-anistia ampla dos militares punidos pelo movimento de 64. "E o congelamento?" "Que congelamento?" "De preços e salários?" "Vai começar tudo de novo?" Jornalistas do movimento pró-democratização dos meios de comunicação de massa confirmavam, sem intenção de fazer trocadilho, em conversas com representantes de servidores públicos, em campanha pela manutenção das aposentadorias especiais, que "a repercussão do congelamento fora muito fria, junto à opinião pública". O senador Virgílio Távora (PDS-CE) admitia para os representantes de microempresas e os defensores da reserva de mercado para a informática, que o recente decreto do governo, de ajuda aos microempresários.

Ordem Social

Aprovado com ressalvas o substitutivo

A Comissão da Ordem Social aprovou, ontem, o substitutivo do relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), ressalvados os pedidos de 764 destaques. A comissão começou a votar às 20 horas o capítulo dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos (art. 1º a 33º). O recebeu o maior número de destaques divididos em dois grandes grupos contra e a favor de, principalmente quatro pontos: estabilidade no emprego, férias pagas em dobro, proibição de horas extras e redução da jornada de trabalho.

Os constituintes fechados com o DIAP — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, cujas propostas estão representadas por emendas dos deputados Eduardo Jorge (PT-SP), Geraldo Campos (PMDB-DF), Floriceno Paixão (PDT-RS) e Paulo Paim (PT-RS), montaram uma estratégia para aprovar a redação do substitutivo tal qual está e, se possível, ampliar alguns direitos como a equivalência de salários entre ativos e inativos, aposentadoria por tempo de serviço e não prescrição desse tempo de serviço nas indenizações trabalhistas. Um outro grupo, com grande parte das emendas apresentadas pelos deputados Luiz Roberto (PMDB-RS), João da Mata (PFL-PB) e Max Rossenman (PMDB-PR) e pelo senador Roberto Campos (PDS-MT), tentam derrubar o princípio da estabilidade e manter a jornada de trabalho em 48 horas semanais.

Populações indígenas

No capítulo das populações indígenas algumas emendas tentam o preceito do usufruto exclusivo da pesquisa e lavra mineral pelos índios nas terras por eles ocupadas. O deputado Gastone Righi (PTB-SP), por exemplo, suprime o parágrafo que, em sua opinião, significa a estatização da atividade mineral, em prejuízo da livre iniciativa. Já o deputado Bosco França (PMDB-SE) suprime a expressão "subsolo", por entender que seria um privilégio dar-se ao índio o usufruto exclusivo de exploração do subsolo, o que não acontece com as demais etnias. Lourival Batista do PFL, manifesta-se contra a subordinação da política indígenista a um conselho de nações indígenas. Apesar de emendas dessa natureza, a tendência da comissão é aprovar o texto original do substitutivo. Na votação do artigo 1º, por exemplo, ontem à tarde, os constituintes aprovaram por 51 a 10 e uma abstenção a manutenção de seu inciso V, que reconhece as formas de organização próprias das nações indígenas.

Saúde

No setor saúde, a probabilidade é também de aprovação do substitutivo. Algumas emendas tentam derrubar a proibição da propaganda de cigarros, medicamentos e bebidas alcoólicas e limitam a proibição da exploração direta ou indireta por parte de empresas e capital estrangeiros dos serviços de assistência à saúde, como, por exemplo, a do deputado Antonio Salim Curiati (PDS-SP).

Na votação da tarde, suspensa às 17 horas, foi votado todo o artigo 1º do substitutivo, com três mudanças, um atendendo à reivindicação de grupos homossexuais, através de emenda do líder do Governo, deputado Carlos Santana (PMDB-BA) e da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), acrescentando a expressão "orientação sexual", e outra no inciso II, do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) ampliando a estabilidade no emprego com a expressão "ninguém o perderá sem causa justificada".

Ulysses negocia a convenção do PMDB

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, fez ontem seu primeiro contato com o presidente do diretório regional do Paraná, deputado Maurício Fruct, na tentativa de negociar a convocação da convenção nacional do partido, destinada a definir o sistema e governo e o tempo de mandato do presidente Sarney. O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, participou do encontro.

Antes da conversa com Ulysses Guimarães e com o líder da bancada, Maurício Fruct reafirmou que não teve condições de assumir qualquer compromisso isoladamente. Alegou que o requerimento não lhe pertence, mas aos signatários — que seriam bem mais de 300, segundo informou. Tudo indica que a presidência do PMDB pretende a concordância de Fruct para não marcar logo a data da convenção nacional ou, então, que concorde com o retardamento da formalização do requerimento.

Ulysses Guimarães e Luiz Henrique acham que o cruzado II deveria relaxar as bandeiras do PMDB, dentro do plano das lideranças de dar um voto de apoio e solidariedade ao presidente da República. Dentro do mesmo objetivo, os líderes entendem que não seria conveniente por ora reunir o órgão máximo do partido à convenção nacional (quase 900 filiados) para discutir e decidir o tamanho do mandato de Sarney.

Alguns dos signatários do requerimento Fruct já estão admitindo a hipótese de a convenção nacional extraordinária, se convocada no final deste mês ou meados de julho, não tomar decisão quanto à duração do mandato do atual presidente da República. Os convencionais, pela maioria, poderiam decidir que a questão fique a critério da Assembleia Constituinte, por ocasião da discussão e votação das disposições transitórias de nova Constituição.

Parlamentares do grupo moderado do PMDB, entre os quais Roberto Cardoso Alves (SP) e Expedito Machado (CE), acham que a convenção nacional, como órgão político, só deveria ser convocada se politicamente conveniente. Expedito Machado afirmou ontem que a composição da convenção nacional está defasada no tempo e no espaço com integrantes eleitos muito antes das eleições de 1986 — que alterou a imagem do PMDB. Nem mesmo atual executiva representa o PMDB atual — observou o líder do centro democrático.

Para os moderados, duração do mandato presidencial e sistema de governo não são teses programáticas. Por isso mesmo, cada representante do PMDB na Assembleia Constituinte — dizem eles — deve ter o direito de votar politicamente, segundo suas próprias convicções, independentemente de orientação partidária.

Belém teme uma implosão

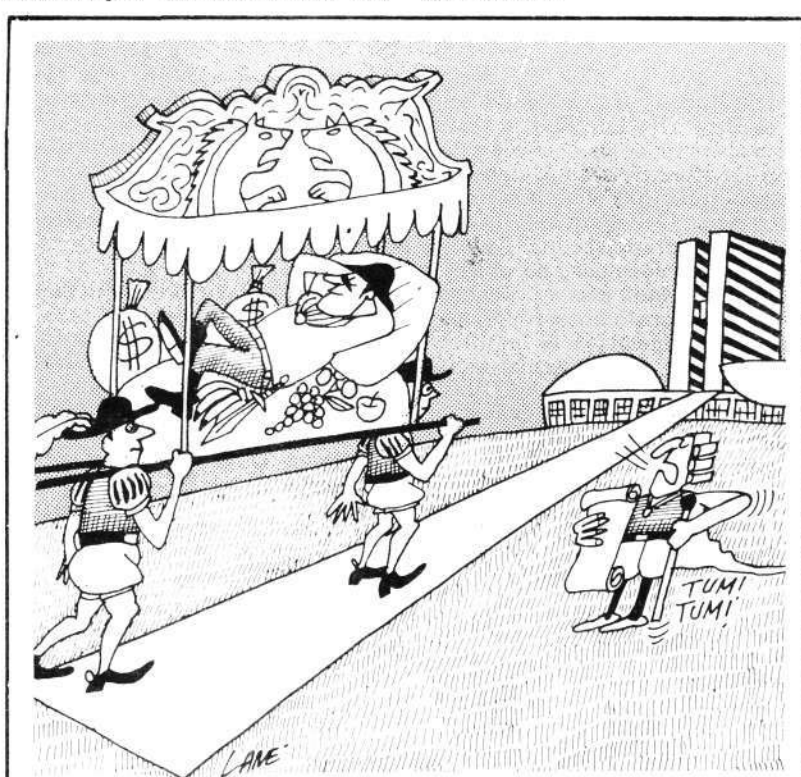
Belo Horizonte — O presidente regional do PMDB de Minas Gerais, deputado Raul Belém disse ontem cedo, nesta capital, ser radicalmente contrário à realização de uma convenção nacional do partido em julho, por considerar que ela poderá provocar "uma implosão" na agremiação.

Raul Belém defendeu a manutenção da unidade partidária, mesmo sendo o partido um aglomerado de tendências ideológicas. Para ele, o PMDB precisa manter a convivência entre as correntes de centro e de esquerda que ali existem, para poder se munir de instrumentos que o habilitem a enfrentar a crise que o país enfrenta.

Para Raul Belém as medidas adotadas pelo governo adiaram, "não

se sabe para quando", a derrocada geral de todos os setores produtivos nacionais. O deputado mineiro acrescentou que a crise econômica porque passa o país "é terrível" e, por isso, o PMDB tem que se manter unido, preparando-se para "ter uma cara, ter uma posição definida", após a Constituinte e a turbulência da crise econômica.

O deputado Raul Belém não apoia o movimento iniciado por parlamentares do Sul do país, visando a convocação de uma convenção nacional do partido para julho, por considerar que o momento não é propício. Mesmo considerando difícil, acha que é necessário fazer todos os esforços para manter o partido unido.



Príncipe D. João quer ser indenizado

Até o príncipe D. João de Orlenas e Bragança, descendente da família imperial, era visto ontem pelos corredores do Congresso Nacional fazendo o seu "lobby". Ele está preocupado com um dispositivo do substitutivo da Comissão da Ordem

Econômica que acaba com a efitense — fonte de renda da sua família, que recebe uma taxa anual sobre boa parte dos terrenos de Petrópolis. Ele até aceita a extinção da efitense, mas quer uma indenização, não prevista pelo substitutivo.



Trabalhadores rurais chegaram a dormir no Congresso esperando a votação da reforma agrária